ANAIS DO XIII CIDIL
ENTRE O ONÍRICO E O JURÍDICO:
O SURREAL E O REAL NO ACESSO À JUSTIÇA
06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2024 – UNIUBE – UBERABA, MG
© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

TALVEZ, POR UM DIREITO À ESCRITA FEMININA

PERHAPS, FOR A RIGHT TO FEMININE WRITING

Luísa Consentino de Araújo[1]

RESUMO: É possível pensar (a/uma/com a) "escrita feminina" (no/e o) Direito? Ou, é possível falarmos em um direito à escrita feminina? Buscando mais que respostas, mas sim formular perguntas, neste texto nos propomos a ler o entre: este gesto que reside entre Direito e Literatura; ler o acontecimento na experiência do espaçamento, nas entrelinhas de um talvez. Para tanto, o texto é tecido com recortes de "Água viva", de Clarice Lispector, como pontos-epígrafes de reflexão em meio – ou entre – aos subtítulos. Como perspectiva teórico-(contra)metodológica, nos valemos das legências em desconstrução, como proposta do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da Literatura – LEGENTES (CNPq/PUC Minas), no sentido de se caminhar a um Direito Literário. Um Direito este em que a experiência de leitura – e legência – é um dos caminhos possíveis para leituras outras da História do Direito e dos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Água viva; Clarice Lispector; Direito Literário.

ABSTRACT: Is it possible to think about "feminine writing" (in/and of) law? Or is it possible to talk about a right to feminine writing? Seeking more than answers, but rather to formulate questions, in this text, we propose to read the between: this gesture that resides between Law and Literature; to read the event in the experience of spacing, between the lines of a maybe. To this end, the text is woven with clippings from Clarice Lispector's "Água Viva", as points-epigraphs of reflection in the middle - or between - the subtitles. As a theoretical-(counter)methodological perspective, we use deconstructed legends, as proposed by the Law and Literature Research Group: a look at human and social issues from the perspective of Literature - LEGENTES (CNPq/PUC Minas), to move towards a Literary Law. A Law in which the experience of reading - and legency - is one of the possible paths to other readings of the history of law and rights.

KEYWORDS: Água viva; Clarice Lispector; Literary Law.

"Escrevo-te toda inteira e sinto um sabor em ser e o sabor-a-ti é abstrato como o instante. É também com o corpo todo que pinto os meus quadros e na tela fixo o incorpóreo, eu corpo a corpo comigo mesma. [...] A palavra é a minha quarta dimensão".

Clarice Lispector

[1] Doutoranda em Estudos Literários, e Mestre em Direito e Justiça pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da Literatura – LEGENTES (PUC Minas/CNPq). Membro da Rede Brasileira de Direito e Literatura. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2568690168541243. E-mail: consentinoluisa@gmail.com.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

"Eu observava [...] o progresso da tecelagem, mas sem nada ver, [...]. [...] como este devir-seda de uma seda que eu nunca teria crido natural, como este processo extraordinário permanecia no fundo invisível [...]".

Jacques Derrida

ADVERTÊNCIA: *TALVEZ,* UM ENDEREÇAMENTO

Talvez, não haja uma forma de começar um texto. Este talvez que caminha não pela dúvida, incerteza, mas sim pelas possibilidades de múltiplos começos, múltiplos caminhos, talvez, não se aproxime do real: aproxima-se ao por vir de outros horizontes possíveis – e impossíveis. Talvez, uma promessa. Talvez, um novo começo. Talvez, o antes-e-o-agora-e-o-depois. *Talvez…* (cf. Duque-Estrada, 2014). Talvez, um preâmbulo do preâmbulo a grafar nas linhas os significantes de uma cor-e-o-grafia a transitar este começo do começo do começo, rasgando o invólucro do acontecimento. Talvez, um texto antes do texto antes do texto – mas o que é texto? Procuraremos nos demorar na intraduzibilidade da demora, a qual convida a morar, a nos colocar em demora no aqui. Percorrendo os espaços em branco de uma cena que há de vir, caminhamos com os não-ditos e suas inscrições. Uma experiência de texto pr'além do discursivo. Nessa experiência de textualização, *tudo é rastro*, ou, *não há fora-do-texto* (Derrida, 2012).

Talvez, nos endereçarmos. Endereçar: deslocar(-se/-nos) de um si para um nós. Uma aproximação de gestos que se encaminham, se aproximam, se inscrevem. Endereçar nomes, cores, afetos, vidas. Endereçar(-se/-nos) na língua do outro, em um gesto de hospitalidade, acolhimento, justiça. Palavra não em "estado de dicionário", mas em estado de vi(n)da. Essa que movimenta os significantes que vêm-e-vão nessas tessituras entre vida e texto, texto e vida. Pesquiviver um eu em um nós que escreve vivências de um corpo que se faz palavra em um *corpus*. Uma performance de vi(n)da e rastros, a colar em e como texto.

O "tudo por dizer" da literatura, transpõe os interditos: a lei da literatura transborda sua própria lei, com a singularidade do acontecimento que se deixa intraduzível. A experiência literária como escritura ou leitura (Derrida, 2014b) – ou legência –, tem, nesse

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

rastro, as camadas que constituem o texto como tecido. Uma escrita entre o dito e o não dito, entre o dizível e o indizível: *entre.* Entre o começo-e-o-fim(?). O que escrever? Como escrever? Para quem escrever? Se escrever é impossível, escrevemos (cf. Duras, 1994) com o impossível (cf. Castello Branco, 2004). O corretor que nos acompanha sugere o "inscrever" ao escrever. Talvez, o autobiográfico. Potencialidade de vida, história(s), rastros: uma dimensão erótica da palavra. Entre. Talvez uma saudação para se entrar em algum lugar.

"Entre" no texto, eis o convite.

PRÓLOGO: *TALVEZ,* UMA DEDICATÓRIA

"Lu, este é um gesto de escrevivência. É que a mulher (se) escreve se encontrando com outras mulheres, quando a vida e a resistência vão se expandido. Um modo de dizer que sua vi(n)da sempre me alegra". Esta dedicatória abre "A mulher escrita" de Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão, que recebemos da professora Luciana Pimenta. Uma dedicatória que grafa, nessa antecena, os afetos de uma teia por vir, de um tempo do antes-do-agora-e-do-que-virá. Uma dedicatória a inspirar caminhos: da escrita, da pintura, da vida. Uma dedicatória a celebrar o encontro, a vi(n)da em estado de acontecimento, de presenti-fi-c-ação. Laço-afeto que corre e percorre as veredas do corpo que (se) escreve no plural. Escrita tecida, costurada, rasurada, palavra-a-palavra, corpo-a-corpo, cor-a-cor. Uma cor-e-o-grafia que dança e pinta a palavra: indissociabilidade de um eu que se faz em múltiplos nós. Ressonância de vozes e heranças que inscrevem e escrevem os rastros de outros corpos: ancestralidade que recorda grafias ditas e não ditas.

Se, como mencionamos, o gesto de endereçar é um gesto de hospitalidade e acolhimento, feito na língua do outro, dentre seus significantes, está o dedicar. Dedicar como quem despende do seu espaço-tempo ao outro. Dedicar o dizível e o indizível. Dedicar a dedicatória – uma contra-dedicatória, talvez? Contra-assinar o texto que cujas vozes se grafam no nós. Evidenciar os rastros de uma herança. De-di-car. Sílaba a sílaba, no movimento da língua na boca: o demorar na e da palavra. Singularidade do acontecimento

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

que não se deixa traduzir, o espaço da dedicatória é o próprio espaço do e no texto que se inscreve. Compreende os movimentos que recordam, que afetam. Uma dedicatória que é dedicada não apenas ao nome ora mencionado, mas também àqueles que compartilham histórias, vi(n)das que se criam e se (com)partilham nessa laboriosa teia chamada mundo.

PRIMEIRO CAPÍTULO: *TALVEZ,* COMEÇAR COM DIREITO LITERÁRIO

Direito e Literatura: um encontro possível ou impossível? Como definir o indefinível, em sua indecidibilidade? Talvez, um quase-conceito. Um não-lugar entre o Direito e a Literatura. Ou, ainda, sem este "e", de modo a juntar DireitoLiteratura em um *nós*: Direito Literário. Antes, porém, de desdobrarmos estes caminhos por vir, cabe percorrermos os rastros de sua herança: mais de um século de pesquisas. As primeiras sementes são no século XX, nos Estados Unidos da América (cf. Godoy, 2007), com John Wigmore ("A List of Legal Novels", 1908) e Benjamin Cardozo ("Law and Literature", 1925). O marco do movimento, contudo, foi na década de setenta, com James Boyd White e "The Legal Imagination" (cf. Oliveira, 2019). No Brasil, os precursores são, também, no início do século passado, com "O processo penal e Capitu" e "Machado de Assis e o problema penal", em 1939 (Aloysio de Carvalho Filho); "O crime e os criminosos na literatura brasileira", em 1946 (Gabriel Lemos Britto); "A ciência jurídica e seus dois maridos" e "Manifesto do surrealismo jurídico", em 1985 e 1988 (Luis Alberto Warat); e com "O direito em 'Vidas Secas'", em 1992 (Eitel Santiago de Brito) (cf. Pepê, 2016; Trindade; Bernsts, 2018; Araújo, 2023).

Em terras brasileiras, a perspectiva do Direito e Literatura difundida é a por François Ost, com a tradução de "Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico" (2005), cuja classificação foi proposta por Richard Posner (cf. Karam, 2022), a saber: Direito *da* Literatura, Direito *na* Literatura e Direito *como* Literatura. Para além dessa taxonomia, temos a Literatura *como* Direito, e o Direito *pela* Literatura (Ost, 2017); o direito *à* literatura (Candido, 2011); a Cultura Literária do Direito (Calvo González, 2016); e a possibilidade da Literatura existencializar o Direito (Streck; Karam, 2018). Henriete Karam (2022), a sua vez, propôs que estes estudos sejam classificados em representacional e em teórico ou metodológico.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Caminhando nesses rastros, temos os trabalhos dialogados com a desconstrução derridiana (Pimenta, 2016; Nogueira, 2018; Ribeiro, 2019; Silva, 2021, 2022; Nogueira; Pimenta, 2022).

Esses deslocamentos, no seio do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura: um olhar para as questões humanas e sociais a partir da literatura – LEGENTES (PUC Minas/CNPq), levaram à perspectiva teórico-(contra)metodológica das legências em desconstrução (Pimenta; Bentes, 2022), e, dando um passo a mais, caminhou para um Direito Literário. Este, conforme pronunciamentos da pesquisadora Luciana Pimenta, como co-líder do LEGENTES, refere-se às possibilidades outras de leitura e escrita da História do Direito e dos direitos, a partir de outros lugares, a exemplo, a partir da Literatura – e da leitura e do gesto legente (Pimenta; Araújo, 2023b). Este caminho por vir, se propõe, no Direito e Literatura, a releitura e a rescritura do Direito pr'além do método (cf. Pimenta, 2022).

O terreno neste *entre* Direito e Literatura *com* desconstrução, é o do indecidível (cf. Araújo, 2023)[2]: não estamos percorrendo veredas firmes, pois estamos na incerteza. Não no sentido de uma dúvida ou de uma hesitação, mas sim de que há possibilidades significantes múltiplas para a montagem e desmontagem dos fenômenos, a partir deles mesmos. Estamos, portanto, nos espaçamentos de um talvez. Este talvez não é de negação, negacionismo: é, talvez, um talvez que caminha em sentido contrário ao *logos*, à uma lógica essencializante, binária, universal. Um talvez que é contrário à concepção de uma origem – há, talvez, um *jogo de significantes*, em permanente deslocamento, em posições que se alteram continuamente, sem que se estabeleça novas concepções hierarquizantes.

Em um dos seus encontros do primeiro semestre de 2025, ao ler "*Khôra*", de Jacques Derrida, o LEGENTES, nas pessoas da Luciana Pimenta, Isaque Castella, Pók Ribeiro, Carolina

[2] Em nossa dissertação, escrevemos: "O termo indecidível tem a sua herança em uma proposição matemática de Kurt Gödel, em que ele verifica a possibilidade de uma proposição ser, ao mesmo tempo, nem uma consequência analítica no sistema de axiomas em que está inserida, nem uma consequência ou nem uma contradição; em síntese, simultaneamente não pode ser nem comprovada, nem refutada. A partir dessa concepção, Jacques Derrida vai pensar a indecidibilidade em signos, os quais possuem caráter duplo (contradição/não-contradição), ou seja, que possibilitam ao menos duas significações incompatíveis. Não seria então nem Direito nem Literatura, mas sim Direito e Literatura. Nem fora nem dentro - entre. Os indecidíveis não nos colocam em um novo lugar, mas sim nas diversas nuances existentes nesse espaçamento pautado na alteridade, o que provoca deslocamentos permanentes (cf. Rodrigues, 2008)" (Araújo, 2023, p. 91).

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Piovan, Gilberto Álvaro e *eu*, pensamos em voz alta a possibilidade de leitura conjunta a "Essa estranha instituição chamada literatura", entrevista concedida em 1989 por Derrida a Derek Attridge, dois anos após a publicação de "*Khôra*" em "*Poikilia. Études offertes à Jean-Pierre Vernant"*. A hipótese formulada pela Luciana é no sentido de pensar *khôra*, e a leitura que o autor faz de Platão, como um rastro para a concepção derridiana de entre-lugar (ou "terceira margem", citando Guimarães Rosa) da literatura, em que se há rastros, se assina e contra-assina; ao que Derrida nomeia de autobiográfico.

Na esteira de John Caputo, Carla Rodrigues (2013) escreve que *khôra* é uma "terceira coisa", nem *logos,* nem mito, nem universal, nem particular. *Khôra* é singular em sua multiplicidade: *khôra* "se liga, assim, a duas questões importantes para Derrida: à impossibilidade de distinção/separação entre dois polos, entre dois pontos que se pretendem opostos, e à experiência do abismo, a *mise en abyme*, o fundo sem fundo" (Rodrigues, 2013, p. 71). Em sua leitura, ainda, identifica duas questões caras à desconstrução: a possibilidade de desmontagem dos textos da tradição a partir destes mesmos textos, e os dois tipos de oscilação que ocorrem entre os polos – *nem*/*nem* (é isto e aquilo ao mesmo tempo). Para ela, então, *khôra* enquanto um "lugar de espaçamento", é a constatação do abismo entre as oposições.

Se "há *khôra*, mas a *khôra* não existe" (Derrida, 1995, p. 22), há Direito e Literatura, mas *o* Direito e Literatura não existe. É impossibilidade, é promessa, é *por vir.* Não se trata de *nem* Direito, *nem* de Literatura, mas sim Direito e Literatura "enquanto experiência do entre" (cf. Araújo, 2023, p. 89). Portanto, nessas veredas abissais, a desmontagem e ruptura, com vistas à releitura e reescritura da História do Direito e dos direitos – bem como do próprio Direito e Literatura como área de estudos – opera-se no interior dessa mesma tradição.

Neste aqui, assumindo essa herança e caminhando no sentido da teorização de um Direito Literário, buscamos propor uma leitura do gesto do entre Direito e Literatura, uma leitura do acontecimento com os espaçamentos – brancos e vazios – de um talvez. Para tanto, recortamos e colamos "Água viva", de Clarice Lispector, como pontos-epígrafes de

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

questionamentos neste *entre* um subtítulo e outro. A pergunta – ou inquietação – que norteia este texto é no sentido da possibilidade de pensar (a/uma/com a) "escrita feminina" (no/e o) Direito. Ou, a possibilidade de um direito à escrita feminina.

Um nota de rodapé: quarta dimensão

"Água": um algo líquido, natural, um lugar, uma luz, movimentos, limites… Um algo do corpo, um algo da vida. Como pensar a sua junção ao viver? "Água viva". A água, por si mesma, já subjaz a vida. Por que juntá-los? Talvez, pensar nesse encontro como a escrita feminina enquanto objeto água: vida em seus movimentos, em seus limites; um algo que é natural, fluido, corrente, provém da Terra e do corpo, especialmente o corpo – pois um corpo não é corpo sem escrita, assim como não o é sem a água. Pr'além, a água é um substrato fundamental à pintura em aquarela: não há cor que se diz, nesta técnica – como também em tantas outras – sem água. A água é, pois, fundamental na própria constituição da tinta, como também das diversas cores possíveis a partir do seu encontro. Escrita feminina, de igual modo, é água da vida: constitui(-se) e transforma(-se) a partir dos encontros, dos afetos. Talvez, então, "Água viva" não seja redundância; seja, na verdade, um lembrete.

O texto clariceano de 1973, se abre com uma epígrafe do pintor belga Michel Seuphor (1901-1999), artista de vanguarda de arte abstrata, que pensou, com e além das pinturas. Neste trecho recortado por Clarice, Seuphor escreve a necessidade de uma pintura que se assemelhe à música, que provoque o sentir: "tal pintura contenta-se em evocar os reinos incomunicáveis do espírito, onde o sonho se torna pensamento, onde o traço se torna existência" (Seuphor, *apud* Lispector, 2020a). O que a arte *provoca*? O que *provoca* a arte? O que a escrita feminina evoca? O que evoca a escrita feminina? Este encontro entre escrita, feminino e pintura diz mais do que diz: há uma experiência no espaçamento, neste abismo que o acontecimento acontece em sua intraduzibilidade. Talvez, uma palavra pintada.

A vibração da música que é provocada na escrita e na pintura. O cuidado com a cor. A desmontagem da escrita. Um entre ético e estético, a escrita feminina situa-se, talvez, no semiótico. Mas, mais que interpretar os sentidos possíveis e impossíveis de "Água viva",

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

neste *instante-já*, buscamos desdobrar e dialogar com a escrita de Clarice, voltar-nos ao plano do encantamento, do nosso corpo em contato com outros corpos. Sabemos que "não há como manter o 'distanciamento crítico' quando o objeto de análise corre o risco de se misturar ao sujeito" (Castello Branco, 2004, p. 121). Entretanto, assim como na aquarela, é a partir da mistura com a água que se faz a cor em suas diversas e infinitas tonalidades. E aqui, portanto, misturam-se nessa "Água viva" o meu corpo, o corpo de Clarice e outros tantos corpos que carregamos nestes rastros em nós.

Com Conceição Evaristo (2022, p. 8-9), lemos que a "letra não agarra tudo o que o corpo diz". Escrever a vida, diz a autora, em seu estado de acontecimento, é incompleto, difícil. O corpo não se traduz, por isso pintamos. Buscamos agarrar essa vibração, essa "Água viva", esse sentir que nos provoca e que nós provocamos. Com nossas colagens como antecena do texto, nos colocamos em um *locus* do não visível. "Em que língua *se faz* uma colagem?". Neste aqui, estamos sendo conduzidas pela cegueira do acontecimento que vem, em um plano que está aquém e além do discursivo (Araújo, 2023, p. 18). Contra-assinando o texto de Clarice, em e com rastros, deixamos-nos brincar com o traço por vir – um texto pr'além do texto e dos campos semânticos: "não há-fora-do-texto" (Derrida, 2012, p. 79).

A narradora-pintora clariceana escreve: *sou obscura para mim mesma*. E é deste lugar que partimos: da obscuridade, do abismo, do entre Direito e Literatura em si/para si mesmo. A leitura – legência – que fazemos, é *com* a escrita de Clarice, *através* da escrita de Clarice e *além* da escrita de Clarice. Pensando nossa própria escrita como escrita feminina – nesse corpo a escrever(-se/-nos) –, nos colocamos nos espaçamentos – brancos e vazios – deste texto que segue se escrevendo: "eu te digo: estou tentando captar a quarta dimensão do instante-já que de tão fugidio não é mais porque agora tornou-se um novo instante-já que também não é mais. Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do é da coisa" (Lispector, 2020a).

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Figura 1. Sem título

Fonte: Arquivo pessoal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

SEGUNDO CAPÍTULO: *TALVEZ,* ESCRITA FEMININA

Começar… Começar a escrever *a* escrita feminina – ou será que já começamos? Começar a escrever *com* a escrita feminina – ou será que já escrevemos? Começar a escrever *uma* escrita feminina. Como fazê-lo? Como ultrapassar os limites da palavra? Um adjetivo: "feminina". Reticências… Quantos gritos, sussurros, silêncios, nesses três pontos a marcar a tela em branco? "Feminina": próprio ou relativo à mulher, próprio ou relativo à fêmea. Da biologia à gramática: o que é "feminina"? A pergunta, talvez, seja o que faz esse "feminina". Escrita deslocada, deslocante, erótica, performática: o que *faz o* feminino? Uma escrita contrária ao falocentrismo (cf. Araújo, 2023)? A pretensão do plural frente ao individual/universal? Talvez. Grafias de vi(n)das a marcar – e a inscrever – na/em literatura: recordar, ancestralidade, ressonância…

Ao pensar "O que é a escrita feminina", Lúcia Castello Branco escreve que o "feminina" não se refere, necessariamente, ao sinônimo de uma escrita apenas por mulheres, considerando que esta seria sexualizante, restritiva e redutora. Para ela, o adjetivo compreende "algo de *relativo às mulheres* ocorrendo por aí, embora esse *relativo às mulheres* não deva ser entendido como produzido por mulheres" (Castello Branco, 1991, p. 12, grifos no original). No rastro de Castello Branco, Jonas Samudio argumenta a escrita feminina como uma escrita entre negação e afecção: "a linguagem [...] se desloca e se descola, em fragmentos de si mesma, e se enfraquece: e diz mais do que diz" (Samudio, 2022, p. 86). Ou, diz em seus espaçamentos, em seus vazios.

Aqui, pensamos a escrita feminina com desconstrução, uma vez mais. Carla Rodrigues (2013) sustenta a tese de rastros do feminino no pensamento derridiano, o que lê em expressões como "talvez" e "sim, sim". Estes rastros partem tanto do pensar o feminino, quanto do vir do feminino. Ao propor o pensamento da desconstrução como pensamento do feminino, Rodrigues o faz a partir da ética e da política em Derrida: hospitalidade incondicional e responsabilidade infinita. Essas palavras remetem ao *por vir*, a este inalcançável e aberto, ao "mais além". Este pensamento feminino que é/faz a desconstrução

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

é o próprio gesto de desconstruir a tradição. Assim, uma escrita feminina é uma escrita que opera nesta herança falo-fono-logo-cêntrica – uma história de homens e com homens – para escrever histórias outras. Uma escrita de desmontagem, de deslocamentos permanentes.

Na herança de Clarice, escrita feminina: o *instante-já* do acontecimento, a quarta dimensão. O escrever "é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu" (Lispector, 2020a, p. 17). Desdobrar a leitura em tantas quantas partes. Um mar de significantes em oceanos de possibilidades por vir, a serem descobertas na profundidade deste algo conhecido/desconhecido. Espaço-tempo a grafar, linha-a-linha, o balançar, o jogar a rede em meio às águas e colher aquilo que nela se prendeu. Gesto de leitura a dobrar, desdobrar, deslocar, os espaçamentos deste grande texto (real).

O possível no impossível do impossível.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Figura 2. Sem título

Fonte: Arquivo pessoal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

TERCEIRO CAPÍTULO: *TALVEZ,* UM GESTO DE UM EU EM UM NÓS

Começar uma vez mais. Começar pelo poético do gesto. Começar pescando significantes que, no vai-e-vem da vida, mordem a isca. O escrever que se faz pintando – movimento no gerúndio. O pintar que se faz escrevendo – movimento que se segue. Cor-e-o-grafia que dança em caldeirão de feitiçaria: encantamentos tantos que continuam em uma não linearidade, mas sim em espiralar, no ir-e-vir de corpos-vozes-escreventes. Inscrições: marcas da escrita que vão além e se grafam no corpo que não se diz sem a voz, e na voz que não se diz sem o corpo. Um direito ao corpo, talvez. Um direito à voz. Um direito à escrita. Um direito ao *eu*; mas um eu que se multiplica em tantos eus como a tinta ao encontrar a água, expandindo em camadas-e-camadas-e-camadas. Cores infinitas, talvez…

O direito à voz. Um direito que não se consagra como fundamental na Constituição Federal de 1988, ainda que seja a voz mencionada (artigo 5º, XXVIII, "a") – mas outras possibilidades significantes não o são –, a pergunta formulada por Gayatri Spivak (2010) permanece: *Can the subaltern speak?*[3] E acrescentamos: quem tem direito à voz? "Como dar corpo à democracia sem romper o silêncio-invólucro de tantos corpos: corpos-negros, corpos-femininos, corpos-sem-nome?", "Como afirmar serem democráticos espaços-instituições praticamente inacessíveis a estes corpos, como as universidades e a maior parte dos cargos e funções públicas do país?", "Como não reconhecer neste cenário a imposição de uma voz única que pretende falar 'sobre' estes corpos, atuando sobre eles, afastando-os da autoria de sua própria vida e história" (Pimenta; Araújo, 2023d, p. 24).

No *gesto de escritura* como um *gesto de fundação do sujeito* (cf. Castello Branco, 2003), os entrelaçamentos, na escrita, da memória e do feminino, são o que mais importam:

[3] Deixamos a pergunta em inglês, considerando que não há gênero no termo "subaltern".

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

"mesmo quando quem assina o texto é aquele que se diz eu em seu interior", "mesmo quando este eu se escreve a partir de um nome próprio singularizador, ancorador" (Castello Branco, 2003, p. 60). *Esse sujeito*[4] da escrita se inscreve "qual uma aranha que se dissolve [...] ela mesma nas secreções construtivas de sua teia" (Barthes, 1987, p. 82). Talvez, escreve a partir de uma herança (cf. Derrida, 2004) de outras escritas, as quais são montadas-e-remontadas. Gesto de criação de um novo sempre por vir, a cada singularidade. O colar e o rasurar, contra-assinando a assinatura. Um gesto de um eu em um nós. Espectros de um corpo a assombrar outros corpos, que se deixam grafar na escritura.

Retomemos a música, a vibração, este "substrato vibrante da palavra" (Lispector, 2020a). Assim como se organiza os sons, organizar as palavras, as cores, os corpos. Uma organização que não se pretende linear, lógica, diacrônica. Uma não-organização, talvez. Uma composição de vozes que ressoam nessa tessitura entre vida-palavra-pintura: texto. Uma invenção deste "já", à beira, à borda. Desdobrar: desmontando, brincando, pintando, escrevendo – mo-vi-men-tar. Colocar este algo, este instante em movimento: "Água viva".

Entre escrita feminina: *colagem* de gêneros (cf. Derrida, 2019), a recortar e colar afetos e afetações, um montar e um remontar um *corpus* de corpos. Não-definível, indecifrável, intraduzível, impossível: feminino em/na desconstrução. Uma escrita feminina de um corpo, com o corpo, através do corpo, pelo corpo. Nós que vão se amarrando a outros nós. Um tecido vivo, uma "Água viva". O "escrever não acerca do corpo, mas o próprio corpo", o qual exige uma escrita-pintura (Nancy, 2000, p. 10-13), aqui a tarefa.

[4] Optamos por escrever o termo em itálico, considerando que, na Língua Portuguesa, "sujeito" é um termo masculino, sem variações para o feminino – "a sujeita".

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Figura 3. Sem título

Fonte: Arquivo pessoal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

QUARTO CAPÍTULO: *TALVEZ,* UM DIREITO À ESCRITA FEMININA

Neste livro de começos que estamos a escrever, começamos, *agora* – talvez –, com o *direito* à escrita feminina. Não vislumbramos dizer desse direito sem traçar algumas das linhas da história do direito das mulheres. Ainda que uma escrita feminina não seja uma escrita exclusiva de mulheres, como salientamos com Lúcia Castello Branco, à elas tem algo de relativo. E, se algo se relaciona, esta relação é *por meio* e *com a* história. Se "gênero" é uma categoria útil de análise histórica, bem como palavras têm história (cf. Scott, 1995), cabe a nós, portanto, historicizar a escrita feminina *no* Direito, além de observar sua relação *com o* Direito – mas isto é possível? Não há, assim como a "voz", um direito fundamental que assegure a escrita feminina – ou qualquer escrita.

Entretanto, a Constituição, em seu artigo 6º, elenca a "educação" como um direito fundamental social e, em seu artigo 205, preceitua que a educação é direito de todas as pessoas e dever do Estado e da família, de modo a ser promovida e incentivada em conjunto a sociedade, com a finalidade do pleno desenvolvimento da pessoa. Dessa forma, temos, pois, um rastro para este direito que aqui estamos a desdobrar: um significante, talvez, neste jogo constitucional. Não há como falarmos em escrita sem educação formal – ainda que a escrita não passe necessariamente pelo gesto gráfico do alfabeto, mas sim pelo corpo e pela voz, o grafar palavras se faz performance deste, inscrevendo e escrevendo histórias em *corpus*, neste arquivo de vidas e vi(n)das.

Na história das mulheres, data de 1827, através da Lei de Instrução Pública de 15 de outubro, a possibilidade de instrução primária – as escolas de primeiras letras. Apesar desta, no primeiro Censo Demográfico empreendido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1872, verificou-se que, no Brasil, menos de 12% das mulheres

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

(brancas, leiamos) eram alfabetizadas. Essas poucas mulheres que tiveram acesso às letras começaram com textos publicados na imprensa (cf. Duarte, 2017). Os periódicos criados por elas tiveram por objetivo a luta pelos direitos à educação, à profissão e ao voto, entre outros. Esses movimentos durante o século XIX, no sentido de um direito à escrita – da história, da vida, da ficção –, culminaram em garantias que reverberam até hoje, no contemporâneo.

Essa reverberação traz em seu bojo uma história de silenciamentos e apagamentos, uma vez que as pioneiras não são mencionadas nos livros que contam as narrativas oficiais. Para que fossem – e sejam – conhecidas, pesquisas, em uma "arqueologia de rastros" (Araújo, 2023, p. 44), buscam fazer este resgate. Nesse sentido, temos as dos grupos coordenados por Zahidé Lupinacci Muzart (com pesquisas realizadas entre 1991 e publicadas em 1999) e por Constância Lima Duarte (publicadas em 2022). Observamos que foram "razões históricas e ideológicas as responsáveis por jogar no limbo do esquecimento as primeiras produções intelectuais das mulheres, bem como sua participação nas lutas sociais". Há, então, um "grave dano ao acervo cultural brasileiro e à identidade feminina, provocando verdadeira amnésia social e desconhecimento generalizado da história de nossa opressão e resistência" (Duarte, 2022, p. 16).

Essa escrita feminina de acrobacias e aéreas piruetas, reveste-se de um desejo por falar, desejo este que, ao satisfazê-lo dimensiona este silêncio, mas que reclama o "grito de felicidade diabólica". Um aprofundar palavras, assim como se aprofunda as camadas de tintas (Lispector, 2020a). Um direito à escrita feminina é o próprio desejo da desconstrução: uma justiça vi(n)da, uma promessa por vir. Novas luzes, talvez. Sustentar, assim, um direito à escrita feminina é sustentar os próprios direitos à história, à vida e à ficção.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Figura 4. Sem título

Fonte: Arquivo pessoal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

ÚLTIMO CAPÍTULO, *TALVEZ:* MAIS UM COMEÇO-DO-COMEÇO

"[...] antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim", escreve Clarice Lispector (2020b, p. 9), em "A hora da estrela". Antes do texto que nos propomos a escrever havia outro texto e, antes ainda, outro texto. Nesse texto antes do texto, começamos pelos debaixos que o compõem. Essas histórias das histórias, inscritas nos espaços em branco, e as quais possibilitam o seu deslocamento (cf. Derrida, 2012). Talvez, começar mais uma vez. Começar pela escrita que rememora os movimentos do grafite à folha amarela, que, a partir do rompimento do invólucro do silêncio, grafa nas linhas pautadas as vozes que ressoam na sala de múltiplos timbres, cores, corpos. Letras, símbolos, desenhos: um tecido de rastros que se faz (em) texto. O recordar que remonta ao início do início, um começo inventado, talvez.

Será este um último capítulo? Ou, será, talvez, um outro começo para este texto? Brincando de pintar – ou brincando de escrever, ou (apenas[?]) brincando – nos fazemos neste aqui. Este instante em que depositamos este "nós" de fios que compõem os rastros de nossas histórias. As vozes que carregamos, as leituras que fizemos, as trocas e os gestos neste *entre*. Afetos e afetações *com* Direito e Literatura, *por* Direito e Literatura, *em* Direito e Literatura: um Direito Literário, além de construções dogmáticas, metódicas, herméticas; um Direito Literário de afetos, vozes, corpos, tecido – de vida e de vi(n)das. Um falar em voz alta diante de uma escuta atenta. Uma leitura que se faz em conjunto. Um Direito de direitos outros. Histórias outras. Leituras outras. Corpos outros.

"Escrita feminina" e femininos mais além. Além fronteiras, bordas, margens? Além: advérbio ou substantivo? Talvez, não-longe, mas sim mais-perto. Mais-perto do feminino, mais-perto do corpo. O escutar além do que se quer ouvir: além do binário, um terceiro, o

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

além de um si. Talvez – e sempre talvez – uma escrita que escreve e inscreve herdeira de um nós: plural, aberto, além… Escrita feminina: uma aquarela de possibilidades significantes. Composição de cores primárias, secundárias, terciárias: um sempre novo. Indefinição deste que se quer além, e não universal. Um corpo tradução de corpos que assombra a indecidibilidade do texto que é/se faz além do texto.

Será, talvez, a escrita a miscelânea do cromático? Pr'além dos movimentos entre água-tintas-tela, os da costura: linhas-ponto-nó-corte. Um tecido que se constitui de elementos vários, rasurando uma história que se quis com "h" maiúsculo. Uma cor-e-o-grafia. Palavra que se quebra em várias: o entre em suas diversas nuances. Um gradiente de cores além. Se o texto começou com um "sim", o terminamos – será que terminamos? – com a *vi(n)da:* se uma molécula diz "sim" para a outra e assim nasce a vida (cf. Lispector, 2020b), de um sim primeiro com um sim por vir, nasce uma vi(n)da *ao* texto e *no* texto. Um encontro a tecer esses fios a novos fios, essas cores a novas cores: camada-a-camada, ponto-a-ponto.

Desmontar a concepção tradicional de Direito e Literatura, é caminhar rumo a um Direito Literário. Neste texto que nos propomos a ler com Clarice Lispector "Água viva", pensamos essa desmontagem da tradição a partir dela mesma. Nesses espaçamentos de um talvez, este texto se abre para as possibilidades da "Terceira margem": Direito e Literatura com e contra-método, aquém e além do método. Este próximo instante não é feito *por mim*, ou se *faz sozinho.* "Fazemo-lo juntos com a respiração" (Lispector, 2020a).

Entre a urdidura e a trama, novas escritas, novas leituras, novas legências, novo texto: um escrever(-se/-nos) nesta singularidade plural. Um bordado infinito de fios-cores-grafias inacabadas, vi(n)da nesse movimento de texto-e-vida, vida-e-texto – o autobiográfico que se

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

deixa ler na experiência do espaçamento. "Talvez", em suas entrelinhas… – ou em suas reticências, ou em seus pontos, ou em suas vírgulas, ou em seus parênteses. Ou, ou, ou. A língua pr'além da língua, Direito e Literatura pr'além de Direito e Literatura.

(CONTRA)EPÍLOGO: *TALVEZ…*

Um epílogo, talvez, caminhe na direção de um gesto de conclusão, resumo, desfecho, fim. Aqui, não é isto que pretendemos. Se, como escrevemos ao longo deste texto Direito e Literatura está pr'além de concepções metodológicas, pensando com, contra e além do método, propomos, então, um (contra)epílogo: uma não-conclusão, um não-resumo, um não-desfecho, um não-fim. Propomos, pois, um novo começo. Um começo que esteja sempre a começar começos.

Acreditamos que "[...] todo texto em desconstrução é, também, um texto por vir. Carece que cada leitura assuma sua herança e o faça escrever". Portanto, uma conclusão "– gesto de esgotamento – é sempre um movimento contrário à desconstrução, daquilo que se quer como eco e ressonância de um texto. Passamos, pois, a palavra a cada leitor/legente. À palavra de cada legente, àquele que faz o texto escrever, a partir do que lê" (Pimenta; Araújo, 2024, p. 11).

Nesta "Água viva", "o que te escrev[emos] é um 'isto'. Não vai parar: continua" (Lispector, 2020a). E neste continuar, continuamos a escrever – enfeitiçadas.

Talvez: a possibilidade (no) *por vir.*

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Figura 5. Sem título

Fonte: Arquivo pessoal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luísa Consentino de. *O GESTO POR VIR DO DIREITO E LITERATURA:* A escrevivência de Conceição Evaristo como um projeto estético-político-jurídico. 2023. 160 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução J. Guinsburg, revisão Alice Kyoko Miyashiro. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRANDÃO, Ruth Silviano. Passageiras da voz alheia. *In:* CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004a. p. 11-14.

BRANDÃO, Ruth Silviano. O lugar do texto sobre o feminino. *In:* CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004b. p. 15-18.

CALVO GONZÁLEZ, José. 'Sair ao outro': afetividade e justiça em "Mineirinho", de Clarice Lispector. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 123–145, 2016.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *O que é Escrita Feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A Traição de Penélope.* São Paulo: Annablume, 2003.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. A (im)possibilidade da escrita feminina. *In:* CASTELLO BRANCO, Lúcia; BRANDÃO, Ruth Silviano. *A mulher escrita.* 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004. p. 121-130.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. Escolher sua herança. *In:* DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Diálogos. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 9-31.

DERRIDA, Jacques. *Pensar em não ver - escritos sobre as artes do visível (1979-2004).* Organização Ginette Michaud; Joana Masó; Javier Bassas. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: UFSC, 2012.

DERRIDA, Jacques. Bicho da seda. *Caderno de Leituras*, n. 29, 2014a. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2015/05/cad29.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura:* uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014b.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia.* Tradutores Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DERRIDA, Jacques. A lei do gênero. *Revista TEL,* Irati, v. 10, n. 2, p. 250-281, jul./dez. 2019.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. *Revista XIX,* [S. l.], v. 1, n. 4, p. 95–105, 2017.

DUARTE, Constância Lima. Na contramão do memoricídio. *In:* DUARTE, Constância Lima (org.). *Memorial do Memoricídio.* Escritoras brasileiras esquecidas pela história. v. 1. Minas Gerais: Editora Luas, 2022. p. 15-19.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. *Nas entrelinhas do talvez.* Derrida e a literatura. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Ed. Via Veritas, 2014.

DURAS, Marguerite. *Escrever.* Tradução de Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

EVARISTO, Conceição. *Canção para ninar menino grande.* Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito e Literatura. Os pais fundadores: John Henry Wigmore, Benjamin Nathan Cardozo e Lon Fuller. *Jus Navigandi,* Teresina, ano 12, n. 1438, 9 jun. 2007.

KARAM, Henriete. Direito e Literatura em sua articulação teórica: contribuições de Umberto Eco à Hermenêutica Jurídica. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e71424, 2022.

LISPECTOR, Clarice. *Água viva.* Rio de Janeiro: Rocco, 2020a.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela.* Rio de Janeiro: Rocco, 2020b.

NANCY, Jean-Luc. *Corpus.* Tradução de Tomás Maia. Passagens: Lisboa, 2000.

NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa. *Direito e Literatura:* hospitalidade e invenção. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; PIMENTA, Luciana. Legências e desconstrução: por saberes ecológicos e eróticos no Direito e Literatura e além. *In:* PIMENTA, Luciana; BENTES,

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Hilda (org.). *LEGENTES:* desconstrução e caminhos outros para ler em Direito e Literatura. São Paulo: Dialética, 2022. p. 15-38.

OLIVEIRA, Amanda Muniz. Direito e Literatura: um grande mal-entendido? As críticas de Richard Posner e Robert Weisberg ao direito na literatura. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 395-416, dez. 2019.

OST, François. *Contar a lei:* as fontes do imaginário jurídico. Tradutor Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

OST, François. Entrevista com François Ost - Direito e Literatura: os dois lados do espelho. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura,* Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 259-274, jun. 2017.

PÊPE, Albano Marcos Bastos. Direito e Literatura: uma intersecção possível? Interlocuções com o pensamento waratiano. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura,* Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 5-15, jul./dez. 2016.

PIMENTA, Luciana. O narrador-personagem e a dedicatória em "A hora da estrela": deslocamentos possíveis para a decisão jurídica. *In*: IV CIDIL - CENSURA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS, 2016, Vitória. *Anais do IV Colóquio Internacional de Direito e Literatura*. Porto Alegre: Anais do CIDIL, 2016. v. 2, p. 676-698.

PIMENTA, Luciana. Direito e Literatura como movimento de re-leitura e re-escritura do Direito: o método pr'além do método - articulações pluriversais de caminhos por vir, talvez o direito à alegria. *In:* FALEIROS, Taísa Haber; LIMA, Lucas Ferreira Mazete. (org.) *Mimesis:* O direito através da literatura. São Paulo: Dialética, 2022.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de. Vozes-mulheres e a (esp)herança da escrevivência, de Conceição Evaristo. *Norte@mentos,* Sinop, v. 16, n. 44, p. 241-262, jul. 2023a.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de Araújo. Direito fundamental dos corpos negros à maternidade: por um direito literário e escre(vi)vente. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 153–163, 2023b.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de. Escrevivência: uma estética coreo-afro-gráfica pelo direito à alegria e outros direitos. *Revista Crítica Cultural,* Palhoça, v. 18, n. 2, p. 225-237, jul./dez. 2023c.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de. O direito à voz e a voz da escrevivência na leitura de "Olhos d'água", de Conceição Evaristo. *In:* QUEIROZ, Nouraide Fernandes Rocha de; SANTOS, Erickson Girley Barros dos (org.). *A escrevivência na obra de Conceição Evaristo e a*

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

escrita de nós em "Olhos d'água". Natal: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, 2023a. p. 20-32.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de Araújo. Por entre os becos das favelas de Carolina e Conceição: heranças escreviventes e uma releitura do invisível nas cidades e na história. In: XII CIDIL, 12, 2023, On-line. *Anais do XII CIDIL - Artes, Direitos e Cidades*. Santa Maria: RDL, 2024. p. 1-14.

PIMENTA, Luciana; BENTES, Hilda (org.). *LEGENTES:* desconstrução e caminhos outros para ler em Direito e Literatura. São Paulo: Dialética, 2022.

RIBEIRO, Fernando Armando. "Essa estranha instituição chamada literatura" e o direito. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 465-489, dez. 2019.

RODRIGUES, Carla. *Duas palavras para o feminino:* hospitalidade e responsabilidade. Sobre ética e política em Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

SAMUDIO, Jonas Miguel Pires. A FOTOGRAFIA DE BALTIMORE: escrita, feminino e tradução em Lúcia Castello Branco. *Revista Relicário,* Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 83-92, ago. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Fransuelen Geremias. *Direito e Literatura:* a desconstrução dos limites entre verdade e ficção no testemunho, a partir de Jacques Derrida. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Fransuelen Geremias. *A DESCONSTRUÇÃO ENTRE VERDADE E FICÇÃO LITERÁRIA*: o testemunho como escritura em Jacques Derrida. 2022. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRECK, Lenio Luiz; KARAM, Henriete. A literatura ajuda a existencializar o direito. *ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 615-626, dez. 2018.

TRINDADE, André Karam; BERNSTS, Luísa Giuliani. O estudo do Direito e Literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. *ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-257, jun./jul. 2018.